

Educação

Quadro sombrio no ensino médio

ELIANA LUCENA

— Em que áreas os alunos tiveram mais problemas na prova preliminar para o Exame Nacional do Ensino Médio?

— Os alunos demonstraram uma enorme dificuldade na interpretação de textos. Eles não conseguem extrair o argumento principal, os protagonistas, e nem estabelecer as relações solicitadas. É uma deficiência que acaba se refletindo em outras disciplinas, inclusive em matemática. A questão da leitura é essencial para desenvolver o raciocínio, a capacidade de resolver problemas.

— A senhora atribui essa situação ao desestímulo à leitura?

— Eu acho que, primeiro, há o problema do desestímulo do aluno, obrigado a enfrentar um currículo muito grande. Ele não tem tempo para a leitura, e a interpretação de texto está diretamente ligada à leitura realizada fora da sala de aula. Eles não têm o hábito da leitura.

— Qual o perfil de aluno que se tira daí?

— É muito heterogêneo, principalmente no caso do curso noturno, quando ele já chega cansado à escola. A maioria dos alunos que fizeram o exame pertence a famílias de baixa renda. Eles não têm dinheiro para comprar revistas e jornais e muito menos para comprar livros. O ideal seria que a escola pudesse estimular isso, com livros em sua biblioteca, que pudessem ser levados para casa. Do contrário, é impossível: hoje, eu comprei três livros aqui em São Paulo e gastei R\$ 100.

— Quais as principais dificuldades dos estudantes em matemática?

— Os problemas maiores apareceram em álgebra, trigonometria e números complexos. O que entrou como currículo a ser avaliado na prova diz respeito aos conteúdos que os estados afirmam que as escolas aplicam. Nós não perguntamos nada além do que estava previsto pelas secretarias para ser oferecido aos alunos pelas escolas. Isso significa que as escolas não estão cumprindo as diretrizes das secretarias de Educação.

— A falta de professores também não influi no fraco desempenho dos alunos?

— Sem dúvida. Sabemos que há um déficit de 25% de professores na rede pública de ensino médio, principalmente nas áreas de matemática e ciências.

— A formação dos professores é satisfatória?

— O problema também está relacionado com a má-formação dos professores. Nós não fizemos ainda uma avaliação, mas a Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação estabelecem que os professores de 1º e 2º graus devem ser avaliados.

— O MEC ficou surpreso com esses resultados?

— A nossa maior surpresa, na questão do perfil do estudante, foi o baixo percentual dos que têm interesse em continuar os estudos. Esperávamos a confirmação de pesquisas antigas, em que o aluno desejava prosseguir até a universidade.

— Este dado reforça a política de estimular o ensino profissionalizante?

— Reforça, claro. E reforça inclusive a ideia de reformar o ensino técnico e implantar os cursos de menor duração.

— Então, o brasileiro já não valoriza apenas o diploma do ensino superior?

— Isso tudo tem a ver com as mudanças que o país vem enfrentando. Até recentemente as oportunidades para quem tinha o 1º grau completo eram muito maiores. Por mais que as empresas fossem desenvolvidas do ponto de vista tecnológico, o nível de ensino fundamental era suficiente para atender o mercado de trabalho. Com as inovações dos últimos anos, o estudante precisa ter, no mínimo, o secundário. Já se sabe, por exemplo, que a produtividade na indústria automotiva do Paraná é maior que a do ABC paulista, porque lá, como em Minas, todos os operários têm nível secundário.

— Qual o paralelo possível entre os resultados do provão do ensino superior e os do exame preliminar do ensino médio?

— A comparação só é possível, por enquanto, no que se refere ao perfil do estudante nos dois níveis. O ensino superior no Brasil sempre foi destinado às elites e às classes médias. Temos estatísticas mostrando índices baixíssimos de alunos mais pobres que conseguem chegar à universidade pública. O que está havendo agora é uma democratização do ensino médio, dadas as exigências do mercado. Grande parte dos alunos que estão concluindo o ensino médio não tem grande interesse no ensino superior. Muitos deles querem se profissionalizar e entrar no mercado de trabalho. Só 31% pretendem ingressar na universidade.

— Como fica o Brasil, em relação a outros países, no que se refere aos alunos que conseguem chegar à universidade?

— A média, nos países desenvolvidos, está em torno de 30%. No Brasil, conseguimos chegar, até agora, a apenas 11% — um índice mais baixo que o do Chile, Argentina, Uruguai, Venezuela e Costa Rica. É óbvio que teremos que expandir não só o ensino médio, mas também o superior. A expansão que já está ocorrendo no ensino médio vai pressionar as universidades por mais vagas. Estamos

Os formandos do 2º grau de todo o país poderão fazer, no fim de agosto, o primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que será optativo. As notas do exame — que terá 63 questões e uma redação — serão usadas por algumas instituições de ensino superior, a partir de 1999, como critério de seleção, em lugar do vestibular. O problema é que um pré-exame, aplicado no ano passado em escolas secundárias da rede pública de nove estados, revelou a situação sombria do ensino médio no país: a média de acertos não passou de 40%. Em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, a presidenta do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do MEC, Maria Helena Castro, afirma que o fraco desempenho dos estudantes tem origem na falta de estímulo à leitura, no despreparo de parte dos profes-

sos e mesmo na falta deles. Mas a grande surpresa, segundo ela, foi o fato de 33% terem dito que estudam para conseguir um emprego, enquanto 31% afirmaram que o fazem para entrar na faculdade. O fato de mais de 50% dos alunos terem renda familiar de até R\$ 720, demonstra, para Maria Helena, que as faixas mais pobres da população começam a ter acesso ao ensino médio. “Os dados apontam a necessidade de expansão das vagas nas universidades e de um maior investimento no ensino profissionalizante, para atender os que desejam entrar no mercado de trabalho.” Sobre o provão do ensino superior, ela adianta que o curso de medicina já está confirmado para 1999, mas ainda não houve acordo com a área de arquitetura, que prefere substituir o exame pelo trabalho de fim de curso.

Arnildo Schulz — 10/1096



POBREZA

“Alunos não têm dinheiro para comprar revistas e jornais, muito menos livros”

UNIVERSIDADE

“Apenas 11% dos alunos de ensino médio chegam à universidade no Brasil”

INTERESSE

“Muitos estados já demonstraram interesse em que todos os alunos façam o exame”

COMPETÊNCIAS

“O exame vai avaliar as competências básicas do formando de 2º grau”

DIRETRIZES

“Escolas não estão cumprindo as diretrizes das secretarias de Educação”

COMPARAÇÃO

“Teremos como comparar alunos de diferentes partes do país”

até pensando em criar — como foi feito na Alemanha e nos Estados Unidos — cursos superiores de menor duração, para alunos que querem se profissionalizar mais cedo. São os chamados pós-médios.

— Esse novo exame será aplicado em todas as escolas públicas e particulares?

— Ele será optativo, mas será oferecido em todos os estados. Em princípio a prova está marcada ou para o dia 23 ou 31 de agosto. O aluno vai pagar de R\$ 20 a R\$ 25 para fazer o exame. Muitos estados, entre eles o Paraná, já demonstraram interesse em que todos os alunos façam o exame do MEC, porque querem adotá-lo como critério de seleção para ingresso no ensino superior para os cursos pós-médio. O próprio Paraná já está implantando o pós-secundário este ano.

— Qual a receptividade das universidades ao novo exame como substituto do vestibular tradicional?

— Estamos em fase de negociação. Esta semana estive na reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em Fortaleza, e várias universidades, principalmente do Norte e Nordeste, manifestaram interesse em adotar o exame como critério de seleção. A Universidade Federal do Rio de Janeiro também mostrou interesse. Algumas universidades particulares também estão conversando com o MEC.

— Quais as disciplinas que vão entrar no primeiro exame nacional?

— Nenhuma pergunta exigirá *decorêba*. Trata-se de uma prova diferenciada, em que não serão avaliadas as disciplinas separadamente. O exame tem como objetivo avaliar o perfil de saída do formando do 2º grau em relação às competências básicas, a sua capacidade de resolver problemas, interpretar as diferentes linguagens e a sua capacidade de interpretar o enunciado. O exame será interdis-

ciplinar. Por exemplo, a capacidade de leitura e interpretação de texto estará sendo avaliada em toda a prova. Todas as perguntas vão requerer alguma habilidade nos diferentes graus de dificuldade.

— Vão haver questões específicas de redação?

— Nós vamos também submeter o aluno a uma prova de redação, de 25 a 30 linhas. O formando terá duas notas: uma do exame geral e a outra de redação.

— Quantas horas o aluno vai gastar para fazer o novo exame?

— Será uma prova de quatro horas, com 63 perguntas abrangendo três áreas de conhecimento: Códigos e Linguagem, Ciência e Tecnologia e Sociedade e Cultura. Os currículos que constam hoje nas disciplinas do ensino médio serão diluídos nessas três grandes áreas. A prova será pré-testada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife.

— A senhora acredita que, com o exame, um aluno de Manaus poderá, no futuro, pleitear vaga em uma universidade disputada no Centro-Sul do país?

— Acredito que as instituições de ensino superior irão absorver logo as inovações. Estou justamente indo para Natal participar do fórum de pró-reitores que vão discutir o novo exame. Para começar, vestibular já não é mais obrigatório desde que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi aprovada. Na medida em que você estabelece um sistema nacional de avaliação, embora não seja obrigatório, teremos um instrumento de medida que vai permitir comparar o desempenho de um aluno em Manaus com um aluno em São Paulo ou de qualquer outro ponto do país. Algumas universidades, inclusive, já comunicaram ao MEC que querem usar esse exame como critério único de ingresso. A Universi-

dade Católica de Goiás é uma delas.

— A senhora é favorável ao Programa de Avaliação Seriada adotado pela Universidade de Brasília, que testa o aluno nos três anos do ensino médio e garante aos melhores 50% das vagas na universidade?

— A avaliação seriada é interessante porque todas as escolas credenciadas nesse sistema estão fazendo o mesmo tipo de avaliação. As provas são semelhantes, a nota é comparável. Agora, vejo como um ponto negativo o fato de o sistema ser antidemocrático, porque dele só podem participar escolas credenciadas. As universidades reservam uma cota para os alunos que concluem bem o exame seriado. Ele também é antidemocrático porque, como avalia ano a ano o aluno, deixa de fora as pessoas que pararam de estudar durante algum tempo após o secundário.

— A senhora acha que a mudança no currículo do 2º grau no ano que vem já terá algum reflexo no exame de 1999?

— Alguns estados já estão começando a adotar os parâmetros novos que estão em discussão no Conselho Nacional de Educação. É o caso do Paraná e de São Paulo, que fizeram adaptações curriculares tendo em vista as mudanças em estudo. A nossa proposta de avaliação do ensino médio está sintonizada com as mudanças curriculares que serão aprovadas pelo CNE.

— Quais são as novidades para o provão do ensino superior que será realizado agora em junho?

— Muitas universidades e faculdades ainda não mandaram para o MEC a lista completa dos formandos nas 10 áreas que serão avaliadas este ano pelo provão. Por isso, o prazo para a entrega das listas ao MEC, previsto para amanhã, será prorrogado por uma semana. As escolas alegaram que só no final de março poderão ter as listas completas dos concluintes.